



Desenvolvimento em Questão

ISSN: 1678-4855

davidbasso@unijui.edu.br

Universidade Regional do Noroeste do Estado

do Rio Grande do Sul

Brasil

Dallemole, Dilamar; Magno de Melo Faria, Alexandre
Os Desafios e as Expectativas do Apl da Pecuária Leiteira de Mato Grosso
Desenvolvimento em Questão, vol. 9, núm. 18, julio-diciembre, 2011, pp. 139-168
Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
Ijuí, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=75220806007>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Os Desafios e as Expectativas do APL da Pecuária Leiteira de Mato Grosso

Dilamar Dallemole¹
Alexandre Magno de Melo Faria²

Resumo

Este estudo tem como escopo central avaliar as ações desencadeadas pelas instituições locais junto ao Arranjo Produtivo Local (APL) da Pecuária Leiteira de Mato Grosso, verificando se estão em consonância com o conceito e a metodologia desenvolvida pela Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais (Redesist). Visa ainda delimitar os espaços nos quais a atividade apresenta-se especializada e se estes locais coincidem com a delimitação territorial do arranjo realizada pelo Sebrae. Para isso, foram utilizados dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) para estimar o Índice de Concentração Normalizado (ICN), capaz de determinar a base territorial que realmente possui alguma especialização na referida atividade. Tal procedimento também revelou que nem todos os municípios apoiados possuem alguma especialização e que estes não compõem uma região, mas sim grupos de municípios dispersos por todo o Estado mato-grossense. Somado a isso, as políticas desencadeadas pelas instituições de governo não estão contemplando a consolidação do APL, tendo em vista que incentivo fiscal e isenção de impostos não desenvolvem o senso associativista, muito menos o adensamento do arranjo.

Palavras-chave: Arranjo Produtivo Local. Políticas públicas. Leite.

¹ Doutor em Ciências Agrárias. Professor Adjunto da Universidade Federal de Mato Grosso. ddilamar@hotmail.com

² Doutor em Desenvolvimento Sócio-Ambiental. Professor Adjunto da Universidade Federal de Mato Grosso. melofaria@hotmail.com

Abstract

This study has the objective to assess the central actions initiated by local institutions with the APL of Dairy Cattle from Mato Grosso, verifying that they are consistent with the concept and methodology developed by the Research Network Systems and Innovative Clusters and Local (Redesist). Still, it seeks to delimit the areas where the activity has to be specialized and if these sites coincide with the delimitation of territorial arrangement made by Sebrae. For this, we used data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) and the Value of Social Information (Rais) to estimate the Normalized Concentration Index (ICN), capable of determining the territorial base that actually has some expertise in that activity. This procedure also revealed that not all municipalities have supported some expertise and that they do not comprise a region, but rather groups of towns scattered throughout the state of Mato Grosso. Added to this, policies triggered by the institutions of government are not considering the consolidation of the APL, in view that the tax incentive and tax exemption does not develop the associative sense, much less the density of the arrangement.

Keywords: Local Productive Arrangement. Public Policy. Milk.

Com vistas ao desenvolvimento regional, as instituições de governo canalizam esforços no sentido de fomentar atividades produtivas locais que apresentem alguma sincronia com formas de organização socioeconômica, materializadas ou não por estudos técnico-científicos. Especificamente no caso deste estudo, esta base é contemplada pelo conceito de Arranjos Produtivos Locais³ (APLs), tidos como uma estrutura socioprodutiva capaz de gerar sinergia entre diversos segmentos produtivos, inseridos ou não em uma mesma cadeia.

As principais instituições de governo do Estado de Mato Grosso, além de associações, sindicatos e federações, operam considerando o referido conceito, na tentativa de fomentar algum tipo de produção tida como diferenciada em uma determinada região, mas que ainda não se consolidou no mercado. Especificamente para este estudo, o horizonte de análise está voltado para a pecuária leiteira de Mato Grosso, devido ao significativo aumento da participação do setor no suprimento de leite e derivados nos mercados locais.

De acordo com Faria (2009), os dados obtidos no GTP-APL/MDIC⁴ informam a presença de dois arranjos delimitados pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), ligados à atividade leiteira como prioritários para o Mato Grosso. Os atores regionais envolvidos são produtores de leite localizados na região do Alto Paraguai, Médio Norte e Sudoeste de Mato Grosso. No caso da bacia leiteira do Alto Paraguai a gestão do arranjo é feita pela Secretaria Extraordinária de Projetos Estratégicos (MT Regional), diferentemente da bacia leiteira do Médio Norte e Sudoeste, em que a Federação das Indústrias no Estado de Mato Grosso (Fiemt) é responsável pela gestão. Trata-se de uma atividade com ligeira expressão regional, por

³ São aglomerados de agentes econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo território, com foco em um conjunto específico de atividades produtivas e que apresentam vínculos expressivos de interação, cooperação e aprendizagem.

⁴ Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

isso este estudo pretende esclarecer melhor as relações da pecuária leiteira com a socioeconomia local, por meio de sua caracterização, mapeamento e capacidade de gerar impactos socioeconômicos.

Neste contexto, o conceito de APL definido pela Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais⁵ (Redesist) considera dentre as principais características o senso associativista e cooperativista existente em determinada atividade local, em que os agentes econômicos ali inseridos são especializados na produção de algum produto ou serviço. O conceito abordado define APL como “aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais – com foco em um conjunto específico de atividades econômicas, neste caso a pecuária leiteira – que apresentam vínculos entre si, mesmo que incipientes” (Lastres; Cassiolato, 2003).

Dessa forma, espera-se o emprego de uma base conceitual semelhante para a definição de políticas de mobilização da referida atividade, visando à operacionalização dos incentivos ofertados pelo Estado para, com isso, promover o desenvolvimento regional. Os fatores que evidenciam a necessidade da aplicação de políticas de incentivo dependem das especificidades de cada região e de cada APL, o que implica a necessidade de formalizar políticas heterogêneas de forma a melhor direcionar os recursos públicos e o fortalecimento institucional da região.

Assim, em um primeiro momento, são analisadas as principais políticas institucionais direcionadas aos referidos arranjos, na busca de identificar sua capacidade de fortalecimento do associativismo e adensamento necessários para a consolidação de um APL, de acordo com a base técnico-conceitual informada. O objetivo é avançar a análise até o limite mais próximo da definição de um APL, no sentido de tentar aferir o nível em que a atividade leiteira está estruturada no Pantanal Mato-Grossense.

⁵ Rede de Pesquisa sobre APL, vinculada à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Na sequência, faz-se necessário identificar os espaços mais dinâmicos ocupados pela pecuária leiteira, dos quais se espera a capacidade de engendramento e adensamento desta atividade produtiva, com fortalecimento do tecido social. Como instrumento de identificação da localização (mapeamento) de potenciais arranjos produtivos locais da pecuária leiteira, por meio da seleção de espaços geográficos especializados na produção leiteira, foi estimado o Índice de Concentração Normalizado (ICN).⁶

Aspectos Conceituais e Metodológicos

A opção pelo estímulo ao desenvolvimento regional, por meio do incentivo para a estruturação de APLs, é justificada pelas características apresentadas por este modelo de organização socioprodutiva. De acordo com Lastres e Cassiolato (2003), um APL caracteriza-se por aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, focados em um conjunto específico de atividades econômicas, com algum tipo de vínculo e/ou interdependência, além do senso associativista.

Um APL pode ser constituído por agentes distintos, ou seja, por empresas produtoras de bens e serviços, instituições públicas e instituições privadas, bem como produtores primários em geral, desde que estejam agindo de forma coordenada e em constante interação.

Ainda para Lastres e Cassiolato (2003), o foco em APL permite sanar algumas lacunas da análise regional tradicional que empregam análises setoriais, desconsiderando as especificidades locais das diferentes atividades, tendo em vista que as dinâmicas produtivas variam muito de acordo com a localização.

⁶ Trata-se de um indicador que serve como medida ponderada, capaz de selecionar espaços geográficos que apresentam atividades socioprodutivas em níveis diferenciados.

Um APL para ser competitivo não pode se restringir a um único setor, mas interagir com toda a cadeia produtiva. Necessita incluir técnicas avançadas de gestão em todos os aspectos produtivos, com controle de qualidade, além de atividades ligadas à geração, aquisição e difusão de conhecimento e tecnologia (Lastres; Cassiolato, 2003).

Trata-se de um modelo de desenvolvimento que possui praticamente todas as características importantes verificadas no atual cenário competitivo solidificado após a globalização. Sendo assim, a consolidação desta metodologia operacional, adotada pelas principais instituições de Mato Grosso para o setor leiteiro, torna-se um imperativo. Para tanto é necessário um estudo amplo e detalhado, no intuito de identificar em que estágio o APL do leite se encontra, considerando as principais características do modelo já informadas.

Este estudo, todavia, limita-se apenas a analisar as questões socioeconômicas, considerando a localização, o desenvolvimento da atividade no Estado e as ações desencadeadas junto ao APL. As ferramentas aqui empregadas não são capazes de mensurar o grau de associatividade e de difusão tecnológica, assim como seu nível de gestão e competitividade no mercado. Assim, as conclusões permitirão definir apenas a existência de um potencial APL da pecuária leiteira em Mato Grosso, que caso se confirme, necessitará de estudos mais aprofundados acerca dos fatores informados.

A alternativa selecionada para a identificação dos espaços especializados na produção leiteira é a utilização de metodologias de localização espacial empregadas em análises de economia regional. Especificamente para este estudo, primou-se pela estimativa do Índice de Concentração Normalizado (ICN), que possibilita a identificação dos municípios especializados na produção e beneficiamento de leite em todo o Estado. A referida metodologia utiliza-se da ponderação de três índices relacionados ao grau de especialização municipal, a comparação da produção municipal em relação

à produção estadual, ponderada pela estrutura produtiva dividida pela estrutura produtiva do Estado, além da captação da importância da produção municipal em relação à estadual.

O ICN é uma média ponderada entre o Quociente Locacional (QL), o Índice de Hirschman-Herfindahl (IHH) e o Índice de Participação Relativa (PR), em que o peso de cada indicador é calculado com base na análise de componentes principais.

De acordo com Santana (2004), a primeira característica é determinada pelo Quociente Locacional (QL), que permite identificar o nível de especialização de certa atividade no município em questão. O QL é definido pela seguinte expressão matemática:

$$QL = \left(\frac{E_{ij}/E_j}{E_{iA}/E_A} \right)$$

O numerador apresenta os dados referentes ao município, em que o E_{ij} corresponde ao valor da produção de leite no município j e o E_j representa o valor da produção de todas as atividades que constam no município j (PIB municipal). No denominador estão representados os dados de Mato Grosso, em que o E_{iA} representa o valor total da produção de leite no Estado e o E_A o representa o valor total da produção de todas as atividades que constam no referido Estado (PIB de Mato Grosso) e assim, respectivamente, para o beneficiamento (laticínios).

Cabe ressaltar, de acordo com Crocco et al. (2003), que um Quociente Locacional ($QL > 1$) pode apenas indicar uma diferenciação produtiva da atividade, pois podem haver assimetrias entre os municípios da região, além da alta representatividade de uma empresa no município.

Para atenuar problemas desta natureza integra-se ao cálculo do ICN o Índice de Concentração de Hirschman-Herfindahl (IHH), definido pela seguinte expressão matemática:

$$IHH = \left[\left(\frac{E_{ij}}{E_{iA}} \right) - \left(\frac{E_j}{E_A} \right) \right]$$

O IHH permite comparar o peso da atividade i do município j no setor i de Mato Grosso em relação ao peso da estrutura produtiva do município j na estrutura do Estado. Se o valor for positivo, a atividade i do município j no Estado está mais concentrada neste local, tendo maior poder de atração econômica, devido ao seu nível de especialização (Santana, 2004).

O terceiro componente do ICN, denominado Índice de Participação Relativa (PR), capta a importância da atividade i do município j no total representado pela atividade i em Mato Grosso. O PR é determinado pela seguinte expressão matemática:

$$PR = \left(\frac{E_{ij}}{E_{iA}} \right)$$

Este indicador deve variar entre zero e um; quanto mais próximo de um, maior a representatividade da atividade em Mato Grosso.

Estes três indicadores subsidiarão a composição do Índice de Concentração Normalizado (ICN), expresso pela seguinte expressão matemática:

$$ICN_{ij} = \theta_1 QL_{ij} + \theta_2 IHH_{ij} + \theta_3 PR_{ij}$$

Os pesos θ para cada um dos indicadores foram determinados pelo método de análise de componentes principais, em que a matriz de correlações “revela a proporção da variância da dispersão total da nuvem de dados gerada, representativa dos atributos de aglomeração, que é explicado por esses três indicadores” (Santana, 2004). Tal análise obtém a partir das variáveis do modelo (QL, IHH, PR) a sua combinação linear, produzindo para cada um dos 141 municípios os componentes:

$$Z_i = \alpha_{i1} QL + \alpha_{i2} IHH + \alpha_{i3} PR$$

em que α serão os pesos para os i municípios que variam sujeitos à condição:

$$\alpha_{i_1}^2 + \alpha_{i_2}^2 + \alpha_{i_3}^2 = 1$$

Para obter as variâncias associadas a cada componente e os coeficientes das combinações lineares a técnica dos componentes principais emprega a matriz de covariância das variáveis, obtidas por meio do *software* estatístico SPSS. As variâncias dos componentes principais são os autovalores desta matriz, enquanto os três coeficientes a_{i_1} , a_{i_2} e a_{i_3} são os seus autovetores associados. Mais detalhes acerca da parte econometrística do modelo podem ser obtidas em Crocco et al (2003) e Santana (2004).

Para o cálculo do ICN empregado foi considerado o valor da produção de leite disponível no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), assim como o PIB dos municípios e de Mato Grosso para o ano de 2007. Para o setor de beneficiamento (laticínios) foi considerado o número de empregados registrados, disponível na Rais 2009.

Estrutura Organizacional de Apoio à Produção Leiteira de Mato Grosso

Os APLs da bacia leiteira estão entre os dez registrados no GTP-APL no MDIC como prioritários para Mato Grosso (Levantamento Institucional de APLs 2007/2008, 1^a e 2^a Etapas). Os atores regionais envolvidos somam, aproximadamente, 10 mil produtores de leite localizados nos municípios de Alto Paraguai, Arenápolis, Denise, Nova Olímpia, Tangará da Serra e Terra Nova do Norte, além das empresas formais e informais que integram o Arranjo. As instituições envolvidas são o MT Regional, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural (Seder), Empresa Mato-Grossense de Pesquisa e Extensão Rural (Empaer), Secretaria de Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (Secitec), Secretaria de Indústria, Comércio, Minas e Energia (Sicme),

Agência de Fomento do Estado de Mato Grosso S/A (MT Fomento), Sindicato das Indústrias de Laticínios (Sindilat) e as associações, cooperativas, sindicatos e prefeituras que operam no território do APL.

Por meio do Convênio n. 025/2008, o Fundeic aportou 126 mil reais e a Associação dos Pequenos Produtores de Leite do Centro-Oeste aplicou 14 mil reais em 2008 na construção de uma usina de leite de porte mínimo com 210,66m² e na aquisição de equipamentos industriais.

As ações desencadeadas junto ao arranjo estão voltadas ao “Projeto Balde Cheio” e visam a garantir o acesso a tecnologias de produção para os pequenos produtores. As informações mais relevantes são sobre nutrição, genética, manejo e ordenha e aspectos da produção que mais influenciam na qualidade final do leite.

De acordo com a Seder, para que o APL obtenha resultados positivos é preciso o ordenamento e a definição da participação efetiva das associações, cooperativas, prefeituras, sindicatos e a sociedade de forma efetiva. Em março de 2009 ocorreram reuniões técnicas com o objetivo de propor medidas para o desenvolvimento do setor e de possibilitar uma maior integração entre produtores, entidades associativas, processadores, indústria, pesquisa, extensão e assistência técnica.

Foi definido um calendário de reuniões para o lançamento do programa nos municípios de Alto Araguaia, Barra do Garças, Água Boa, São Félix do Araguaia, Alto da Boa Vista e Vila Rica, com início em março de 2009, tendo como base a palestra do secretário da Seder sobre o “Panorama Mundial, Nacional e Local do Negócio do Leite”. Estão previstas ainda a apresentação oficial do programa (APL da Bacia Leiteira), bem como assistência técnico-sanitária, fomento e a assinatura de termo de compromisso com os pequenos produtores.

A indústria de laticínios necessita que o APL da Bacia Leiteira consiga expandir a produção primária de leite para garantir a menor sazonalidade possível na oferta da matéria-prima, o que atrela os dois APLs relacionados com

a produção e beneficiamento do leite. Atualmente a indústria de laticínios opera com 50% de ociosidade, com capacidade de processar 3 milhões de litros de leite/dia.⁷ E como se espera que a produção cresça 26% ao ano de taxa geométrica, em meados de 2011 a capacidade industrial será suplantada pela produção primária se não houver expansão do parque industrial. E o incentivo fiscal do Programa de Desenvolvimento Industrial e Comercial (Prodeic) passa a compor o rol de variáveis estratégicas para a tomada de decisão. Para os produtos lácteos produzidos e consumidos em Mato Grosso o incentivo fiscal chega a 100% de isenção de ICMS. Caso seja exportado para outra unidade da Federação, a redução de ICMS alcança 85%. Esta política pública ofertada pela Sicme representa uma importante ferramenta de estruturação do parque industrial e funciona como uma redução dos custos de operação.

É nesse contexto que começam a surgir projetos industriais para responder aos programas de melhoramento genético e de manejo, com a finalidade de triplicar a produção de leite nos próximos cinco anos.⁸ A Cooperativa Agropecuária e Industrial Luverdense (Cooagril), localizada na região Médio Norte de Mato Grosso, especificamente no município de Lucas do Rio Verde (330 quilômetros ao norte de Cuiabá), está investindo em parceria com duas grandes empresas para construir um laticínio com capacidade de processar um milhão de litros de leite/dia.⁹ Serão alocados também recursos para a formação de plantéis entre 32 e 250 vacas por pro-

⁷ Informação do senhor Paulo Bilégo, superintendente de Programas Especiais da Seder/MT.

⁸ Levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta os Estados de Minas Gerais, Goiás, Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo como os maiores produtores de leite do país. O consumo per capita anual de leite em Mato Grosso é de 90 quilos. A produção de leite em Mato Grosso é de aproximadamente 225 quilos per capita/ano, com base em 2009. O índice sugerido pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) é de um consumo individual de, no mínimo, 200 quilos de produtos lácteos por ano. Como a meta é triplicar a produção de leite industrializado em Mato Grosso, a oferta per capita pode se elevar a 600 quilos considerando a taxa atual de crescimento populacional. Isto implica uma oferta excedente de 510 quilos per capita anual, caso o consumo médio se mantenha constante.

⁹ O que representaria 20% da produção total de Mato Grosso.

dutor. Em 2009, a produção diária de leite na região de Lucas do Rio Verde foi de apenas 15 mil litros e a meta do projeto é atingir um milhão de litros de leite/dia em sete anos.

Em Arenápolis (249 quilômetros a oeste de Cuiabá) o APL da Bacia Leiteira terá de ampliar a sua produção para atender à demanda de uma indústria de laticínios em construção. O volume de recursos aplicados na construção da indústria Lacforte Indústria de Alimentos Ltda. é de cerca de 21 milhões de reais. A nova indústria vai exigir o triplo da oferta de leite produzido na região atualmente, que se aproxima de 150 mil litros de leite/dia. A meta é industrializar 400 mil litros de leite/dia para a produção de leite em pó, queijos e doces. A previsão é de que serão gerados 300 empregos diretos e 1,2 mil indiretos.

A coordenação da Fiemt neste APL está mais relacionada à formação e capacitação dos atores envolvidos no processo produtivo. Estão sendo realizadas palestras para os atores da cadeia produtiva do leite, que faz parte da meta “Desenvolvimento da Gestão Empresarial” estipulada pela Fiemt. O primeiro encontro reuniu em dezembro de 2008 produtores rurais, industriais, pesquisadores e consumidores de leite para discutir os problemas e apontar as soluções para a melhoria da qualidade do produto no Estado. Promovido pelo Sindilat, o evento contou com a parceria da Fiemt e do Instituto de Pesquisa do Leite e seus Derivados Ermínio Duca.

Assim, o objetivo da Fiemt é garantir profissionalização e capacitação do setor industrial, buscada a partir da oferta de palestras e cursos técnicos. A abordagem da Fiemt revela que a principal política pública institucional fornecida refere-se à gestão empresarial e qualificação profissional dos atores. A difusão do conhecimento é vista como a principal ferramenta de alavancagem do setor industrial deste APL. Atrelada com a redução de impostos do PRODEIC, espera-se que o parque industrial responda em quantidade e diferenciação de produtos capaz de expandir tanto a demanda interna quanto a acumulação exógena pela exportação do excedente.

Os APLs da cadeia do leite apresentam uma estrutura organizacional de apoio com mais de oito instituições vinculadas, conforme demonstrado nas Figuras 1 e 2. A instituição gestora do APL da Bacia Leiteira do Alto Paraguai é a MT Regional e do APL de Laticínio Médio-Norte e Sudoeste é a Fiemt. Dentre as instituições de apoio pode-se observar a participação do Sindilat que auxilia na capacitação dos produtores que integram o APL do Alto Paraguai.

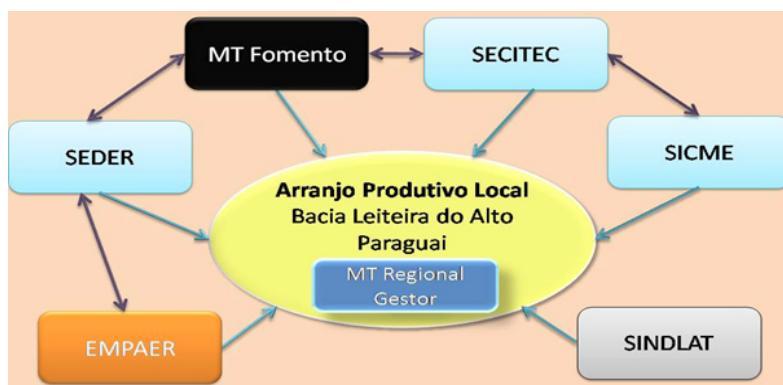


Figura 1 – Estrutura Organizacional de Apoio ao APL
da Bacia Leiteira do Alto Paraguai

Fonte: Elaboração própria.

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural (Seder) é a principal instituição parceira neste arranjo, que atua por meio de ações em um programa denominado “Balde Cheio”, visando garantir o acesso a tecnologias de produção para os pequenos produtores. A Empaer é parceira da Seder na instituição deste programa, assim como a Sicme.

A Sieme tem papel importante dentro deste processo de instituição, pois contribui com a disponibilização dos recursos para a Seder via Fundeic, disponibilizado por meio do agente financeiro MT Fomento.

Cabe ressaltar que a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (Secitec) está citada como uma das instituições que apoiam o referido arranjo, contudo não teve discriminada a forma de participação no programa “Balde Cheio”. Por se tratar da Secretaria Estadual responsável pelo apoio tecnológico, principal objetivo do programa, a inserção da Secitec com a devida cota de participação seria fundamental.

Já o APL de Laticínios do Médio-Norte e Sudoeste conta com um apoio de apenas três instituições: Sebrae/NA, Sindilat e da Confederação Nacional da Indústria (CNI). De acordo com Faria et al. (2009), a Fiemt e o Sindilat estão apoiando o arranjo no que se refere à formação e capacitação dos atores envolvidos no processo produtivo por meio de palestras de gestão empresarial.



Figura 2 – Estrutura Organizacional de Apoio ao APL
de Laticínios do Médio-norte e Sudoeste

Fonte: Elaboração própria.

A CNI e o Sebrae/NA desenvolvem ações por intermédio do Programa de Apoio à Competitividade de Micro e Pequenas Indústrias (Procompi), que visa a organizar as empresas, levantar seus problemas mediante processo participativo e aplicação de diagnósticos estruturados.

No caso do APL do Alto Paraguai a prioridade é a qualificação do rebanho leiteiro para ampliar a produtividade e a capacidade de armazenamento de leite nas propriedades com a inserção tecnológica.

Com uma área de 903.357,91 Km², Mato Grosso ocupa aproximadamente 10% do território nacional, sendo uma região típica de fronteira agrícola com sua base produtiva predominantemente agropecuária, incluindo, além da produção de grãos, uma importante área com exploração da pecuária extensiva, de corte e de leite. São 22,81 milhões de hectares de áreas de pastagens em solo mato-grossense, segundo o Censo Agropecuário de 2006, o que representa 47,2% das terras dos estabelecimentos agropecuários do Estado. A pecuária de leite, entretanto, é pouco expressiva comparativamente à produção de pecuária de corte, com participação de apenas 0,75% do PIB estadual em 2006.

A pequena participação da produção estadual na produção nacional pode ser atribuída ao fato de a atividade leiteira ser conduzida com baixa tecnologia e investimento público, pois a estrutura socioprodutiva que a conduz é a familiar. Sabe-se que o empreendimento familiar não é foco central das políticas públicas, o que cria estereótipos da “baixa eficiência”, “incapacidade técnica”, “descapitalização”, dentre outros atributos pejorativos atribuídos ao empreendimento familiar no espaço agrário. Nas palavras de Alves (2008), a falta de recursos financeiros para “construção do solo” é uma das características da agricultura familiar mato-grossense, o que lhe confere a característica da não utilização total da sua área ou ainda a subutilização devido ao não acesso a pacotes tecnológicos modernos, o que lhe confere a mais baixa renda por hectare do país. Esta dificuldade, contudo, advém da ausência de políticas efetivas para o segmento, e não por “incompetência sistêmica”.

Ainda segundo Fernández e Ferreira (2004), em estudo nos assentamentos de Mato Grosso (que compõem grande parte da agricultura familiar no Estado), observa-se uma tendência de substituição da vegetação original por áreas de pastagens. Isso ocorria após o empobrecimento do solo com a atividade agrícola e, descapitalizados para recompor nutrientes no solo, os agricultores assentados tendem a usar o solo em pastagens especialmente para atividade da pecuária leiteira.

**Tabela 1 – Principais Municípios Produtores de Leite
em Mato Grosso (2006)**

Município	Valor (R\$ mil)	Quantidade (mil litros)	% na Produção
Pontes e Lacerda	10.553	27.058	4,6%
Araputanga	8.085	20.212	3,5%
Cáceres	7.491	19.209	3,3%
Guarantã do Norte	5.957	18.617	3,2%
Terra Nova do Norte	5.720	18.451	3,2%
Rondonópolis	7.684	17.870	3,1%
Jauru	6.942	17.356	3,0%
Alta Floresta	5.599	15.998	2,7%
São José dos Quatro Marcos	5.773	15.191	2,6%
Colíder	4.636	14.956	2,6%
Mirassol d'Oeste	5.126	13.144	2,3%
Campinápolis	3.519	10.054	1,7%
Poxoréu	6.811	9.730	1,7%
Figueirópolis D'Oeste	3.879	9.698	1,7%
Salto do Céu	3.712	9.518	1,6%

Fonte: Dados da Pesquisa Pecuária Municipal, IBGE.

Também, nota-se pouca concentração da produção de leite em âmbito municipal. Em Mato Grosso a produção leiteira está presente em todos os 141 municípios, o que confere uma importante dispersão produtiva. A maior participação relativa é constatada em Pontes e Lacerda, que representou

4,6% da produção estadual para o ano de 2006. Além deste, mais outros dez municípios possuem participação relativa superior a 2% da produção estadual, conforme apresentado na Tabela 1. Isso evidencia que a produção é realizada em pequena escala e não há grande concentração em âmbito municipal.

Quanto à produtividade, Zoccal e Gomes (2005) demonstram com dados da Food and Agriculture Organization (FAO) para o ano de 2004 que a pecuária leiteira brasileira é pouco produtiva, sendo de apenas 13% da produtividade da América do Norte, maior em plano mundial. Mesmo diante do crescimento observado a produtividade da pecuária leiteira mato-grossense, de 1.140 litros/vaca/ano, ainda não havia superado a nacional (1.237 litros/vaca/ano) em 2007. E apesar da produtividade em franco crescimento esta não atinge 50% da produtividade da pecuária leiteira do Estado de Santa Catarina, 2.321 litros/vaca/ano, e fica pouco acima de 50% da produtividade dos Estados do Rio Grande do Sul e Paraná.

Tabela 2 – Produção de Leite em Mato Grosso (2007)

Ano	Produção de leite (mil litros)	Vacas ordenhadas	Produtividade (litros/vaca)
1994	286.431	426.923	671
1995	307.426	452.524	679
1996	375.397	353.240	1.063
1997	380.517	359.061	1.060
1998	406.374	382.027	1.064
1999	411.391	385.937	1.066
2000	422.743	401.427	1.053
2001	442.803	412.780	1.073
2002	467.095	435.716	1.072
2003	491.676	461.185	1.066
2004	551.370	474.120	1.163
2005	596.382	524.982	1.136
2006	583.854	519.178	1.125
2007	644.205	565.281	1.140

Fonte: Dados da Pesquisa Pecuária Municipal (IBGE).

Em contraste com o crescimento da produção observa-se uma queda persistente nos preços recebidos pelo produtor ao longo dos anos, como pode ser observado na Tabela 3. Tal fato leva à redução da renda do produtor, que em grande parte se deve ao crescimento da oferta, mas se agrava pela introdução de atravessadores no processo de comercialização, que se amplia quando a distância do produtor da zona urbana aumenta e com a carência de infraestrutura de transporte, que possui relação direta com a distância da propriedade rural da zona urbana, características típicas da realidade mato-grossense.

A produtividade média do leite, no entanto, pode escamotear de uma realidade com grandes diversidades quanto às características das propriedades rurais. Variou, em 2007, de 1.903 a 506 litros/vaca/ano, em Pontal do Araguaia e Luciára, respectivamente. Pontal do Araguaia é um município pequeno do extremo sudeste do Estado, com aproximadamente 53% de suas propriedades rurais sendo classificadas como familiares, conforme a Lei nº 11.326,¹⁰ e área média de 475 hectares por propriedade rural. Por sua vez, Luciára tem 62% de suas propriedades classificadas como familiares, de acordo com a mesma lei, mas ao mesmo tempo uma concentração de terras bem mais acentuada, resultando numa média de 1.200 hectares por propriedade rural. Menor concentração pode estar acarretando maior produtividade e melhores condições de renda, como pode ser confirmado pelo PIB municipal, de R\$28.848,00 em Pontal do Araguaia, superior à média estadual, e de R\$12.861,00 em Luciára, cerca de 50% do PIB municipal médio do Estado.

¹⁰ Segundo a Lei 12.326, de 24/7/2006 agricultor familiar é aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I – não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II – utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III – tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Tabela 3 – Valor da produção de leite em Mato Grosso (2007)

Ano	Valor da produção (R\$ de 2008) em mil reais	Litros (em mil litros)	Preço por litro (R\$)
1995	290.956	307.426	0,95
1996	298.304	375.397	0,79
1997	264.200	380.517	0,69
1998	272.010	406.374	0,67
1999	256.330	411.391	0,62
2000	234.082	422.743	0,55
2001	252.032	442.803	0,57
2002	236.280	467.095	0,51
2003	232.884	491.676	0,47
2004	288.699	551.370	0,52
2005	331.718	596.382	0,56
2006	283.115	583.854	0,48
2007	338.604	644.205	0,53

Fonte: Dados da Pesquisa Pecuária Municipal – IBGE.

Ao todo são 45 municípios com produtividade média superior à média nacional na produção do leite e muitos deles com produtividade em torno de 50% da média estadual. Na região Sudoeste, que concentra grande parte da agricultura familiar do Estado, há apenas dois municípios com PIB/per capita acima da média: Indiavaí e Araputanga, ambos com renda acima da média, mas abaixo de R\$20 mil anuais. Indiavaí é especializada em produzir gado de corte. Araputanga é o centro de agroindustrialização da produção de leite¹¹ da região Sudoeste, na qual a indústria corresponde a importantes 44% da formação do PIB local.¹²

¹¹ A principal processadora de leite é a Cooperativa Agropecuária do Noroeste do Mato Grosso Ltda. (Coopnorocste), fundada em 1975. A sua sede fica em Araputanga. As principais atividades são a produção de lácteos, indústria de ração e assistência técnica. Além da Coopnorocste, existem outras 14 plantas industriais formais e legalizadas nesta região, mais oito microindústrias informais, totalizando 23 indústrias na região. A bacia leiteira da região Sudoeste conta com 8.827 produtores rurais, nos seguintes municípios: Cáceres, Porto Esperidião, Pontes e Lacerda, Conquista d'Oeste, Nova Lacerda, Comodoro, Vila Bela da Santíssima Trindade, Glória d'Oeste, Mirassol d'Oeste, São José dos Quatro Marcos, Araputanga, Reserva do Cabaçal, Indiavaí, Figueirópolis d'Oeste, Jauru, Vale do São Domingos, Lambari d'Oeste, Rio Branco, Salto do Céu e Curvelândia. A produção leiteira desta região alcançou em 2007 32% de toda a bacia leiteira de Mato Grosso. O valor da produção rural alcançou R\$75,4 milhões.

¹² Considerando que na média estadual, a indústria respondeu por apenas 15% do PIB em 2006.

A produtividade oscila em até 250% entre o “período das águas” (novembro a fevereiro) e “período da seca” (junho a setembro) na região denominada pela pesquisa de “Baixada Cuiabana.¹³” Nas demais regiões do Estado a produtividade é menos prejudicada pela carência de chuvas, mas ainda assim é marcante, com queda mínima na produção de 52%, no que a pesquisa denominou região Sul¹⁴ (Fiemt, 2006). Assim, dentre as políticas de apoio a esta cadeia produtiva devem estar contidas medidas para amenizar esta forte sazonalidade na produção ao longo do ano, para que tanto a indústria de laticínios possa operar com regularidade quanto a formação da renda no espaço rural tenha estabilidade.

E nesse contexto começam a surgir projetos industriais para responder aos programas de melhoramento genético e de manejo que pretendem triplicar a produção de leite nos próximos cinco anos. A Cooagril está investindo em parceria com duas grandes empresas para construir um laticínio com capacidade de processar um milhão de litros de leite/dia. Serão alocados também recursos para a formação de plantéis entre 32 e 250 vacas por produtor.

Segundo o Censo Econômico e Demográfico do Setor de Laticínios no Estado de Mato Grosso elaborado pela Fiemt em 2006, existiam ainda em Mato Grosso no ano de 2006 outros 13 laticínios e/ou usinas de beneficiamento de leite com Selo de Inspeção Sanitária Estadual (Sise), além de 54 operando informalmente sem nenhum tipo de licença de inspeção sanitária. Isso revela a grande informalidade do setor, uma vez que entre regularizados e irregulares estes últimos totalizam 49%.

¹³ Composta por Cuiabá, Várzea Grande, Nossa Senhora do Livramento, Poconé, Acorizal, Jangada, Rosário Oeste, Nobres, Chapada dos Guimarães, Santo Antônio do Leverger e Barão de Melgaço.

¹⁴ Composta por Campo Verde, Primavera do Leste, General Carneiro, Barra do Garças, Araguaiana, Pontal do Araguaia, Torixoréu, Rondonópolis, Juscimeira, São Pedro da CIPA, Dom Aquino, Jaciara, Ribeirãozinho, Ponte Branca, Araguainha, Alto Araguaia, Alto Taquari, Alto Garças, Itiquira, Pedra Preta, São José do Povo, Guiratinga, Tesouro e Poxoréu.

A produção de leite e derivados de Mato Grosso apresentou uma exportação total de R\$105 milhões, somente no mercado interno, não havendo registros de exportações ao exterior. O saldo comercial alcançou R\$86 milhões. Apesar de pouco contribuir para o superávit de R\$6,78 bilhões, ocupando apenas o 13º maior superávit, a pecuária leiteira e o setor agroindustrial de laticínio se diferem de forma importante dos setores de soja, carne, madeira, algodão e açúcar, pois é um empreendimento prioritariamente conduzido pela agricultura familiar e pequenos capitais industriais. Enquanto nos outros setores a grande escala de produção e a tecnologia são condições necessárias, neste setor a oferta de trabalho é que condiciona o sistema de produção agrário.

Trata-se de uma interessante oportunidade de inclusão social e distribuição de renda. Do total dos 114.148 estabelecimentos observados no Censo Agropecuário de 2006, ao menos 21% declararam que desenvolviam atividade da pecuária de leite, de forma principal ou acessória. Considerando a população rural mato-grossense de 362 mil trabalhadores, somente os estabelecimentos que estão direta ou indiretamente relacionados com a produção de leite poderiam alcançar 80 mil pessoas. Para o Sindilat, as famílias rurais que atuam com a pecuária de leite de forma principal ou acessória alcançavam aproximadamente 35 mil famílias em 2009.

Mapeamento do APL da Pecuária Leiteira de Mato Grosso

O APL em questão tem pequena participação na atividade leiteira (incluindo produção e transformação do leite), como pode ser evidenciado na Tabela 4 e ilustrado na Figura 3, incluindo produtividade abaixo da média estadual. Geravam apenas 6,6% dos empregos formais, mantinham apenas 6,8% dos laticínios regionais, 5,7% da produção de leite e 5,3% das vacas

ordenhadas. Estes indicadores revelam uma forte incoerência na definição dos espaços a serem apoiados com políticas públicas, excluindo a maioria dos municípios e atores deste arranjo.

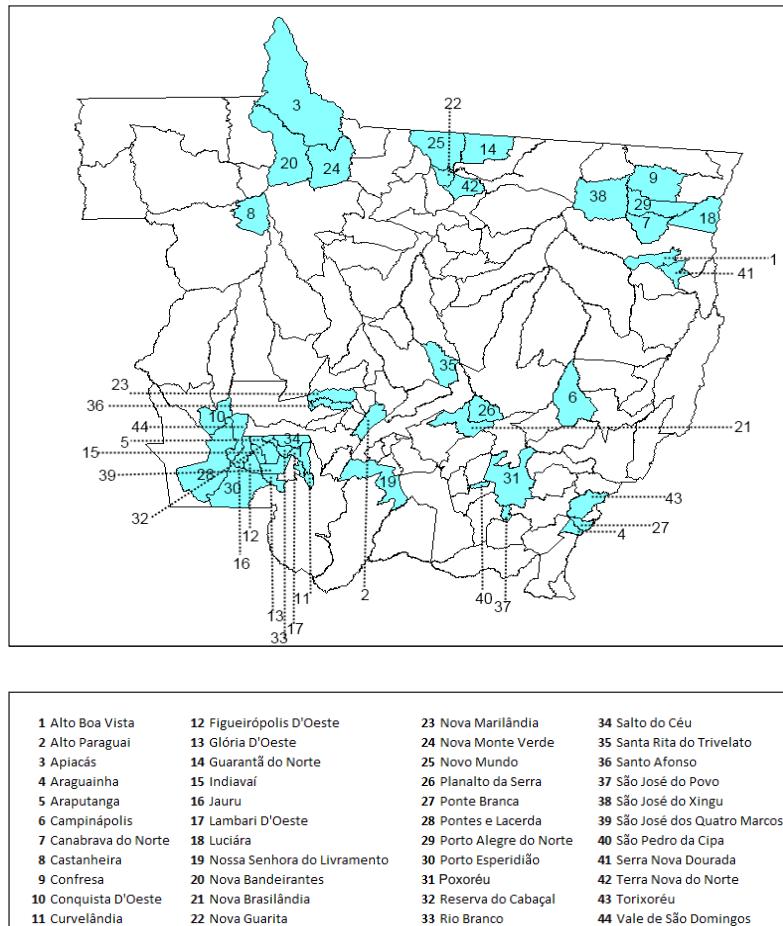


Figura 3 – Municípios com ICN acima da média na produção de leite em Mato Grosso (2006)

O fortalecimento deste APL com inovações tecnológicas na produção rural, bem como a criação de trajetórias de novos produtos, poderia gerar sinergias em espaços deprimidos economicamente e permitir um processo de inclusão social, visto que a agricultura familiar estaria sendo o alvo de políticas específicas de desenvolvimento. Em um Estado onde o agronegócio capitalista é o grande vetor de crescimento e expansão das atividades econômicas, o APL de leite poderia se tornar o contraponto deste processo, construindo uma nova ambiência, atrelando desenvolvimento econômico e social.

Tabela 4 – Municípios com Índice de Concentração Normalizado acima da média na produção e beneficiamento de leite e não apoiados pelo MT Regional e Fiemt (2006)

Município	Produção de Leite	Laticínio
Alto Boa Vista	1.68	10.23
Apiaçás	1.45	(0.00)
Araguainha	4.30	(0.00)
Campinápolis	1.94	5.83
Canabrava do Norte	3.67	8.32
Castanheira	1.41	1.18
Confresa	1.42	(0.00)
Conquista D'Oeste	6.42	(0.00)
Curvelândia	1.60	15.99
Dom Aquino	0.89	4.42
Figueirópolis D'Oeste	5.68	21.16
Glória D'Oeste	4.76	(0.00)
Indiaívaí	1.69	(0.00)
Jauru	3.62	1.32
Luciára	2.32	(0.00)
Nossa Senhora do Livramento	1.74	(0.00)
Nova Bandeirantes	1.46	(0.00)
Nova Brasilândia	1.77	(0.00)
Nova Guarita	1.77	(0.00)
Nova Canaã do Norte	0.82	6.07
Nova Monte Verde	1.85	(0.00)

Novo Mundo	1.95	1.20
Planalto da Serra	1.38	(0.00)
Ponte Branca	1.70	(0.00)
Pontes e Lacerda	1.40	1.70
Porto Alegre do Norte	2.63	(0.00)
Poxoréu	1.81	(0.00)
Reserva do Cabaçal	9.96	24.31
Ribeirãozinho	1.06	10.05
Rio Branco	2.96	(0.00)
Salto do Céu	5.78	(0.00)
Santa Rita do Trivelato	1.35	(0.00)
São José do Povo	2.68	2.01
São José do Xingu	1.51	(0.00)
São José dos Quatro Marcos	1.84	0.66
São Pedro da Cipa	1.35	(0.00)
Serra Nova Dourada	5.42	(0.00)
Torixoréu	1.30	(0.00)
Vale de São Domingos	5.97	9.58
Vila Bela da Santíssima Trindade	0.87	1.41
Média	1.13	1.28

Fonte: Elaborada a partir de dados da PPM (IBGE, 2009) e Rais (2009).

Uma forma interessante de abordagem em uma atividade dispersa como a produção leiteira é identificar os espaços relevantes para o apoio, garantindo políticas indispensáveis de adensamento dos arranjos. Os espaços apoiados, contudo, têm se revelado de menor importância econômica e social, se se considerar o método ICN como um indicador de importância local. No caso do arranjo da bacia leiteira, dos seis municípios apoiados pelo MT Regional, apenas dois deles, Alto Paraguai e Terra Nova do Norte, realmente apoiam o sentido social da produção na atividade leiteira. Em Arenápolis, Denise, Nova Olímpia e Tangará da Serra a atividade primária de produção de leite tem uma importância menor quanto ao esforço social.

Quanto às indústrias de laticínios, dos 12 municípios que formam o território deste arranjo, em 4 deles (Alta Floresta, Diamantino, Nortelândia e Rondonópolis) a atividade não se mostra relevante no tecido socioprodutivo. Além disso, nestes quatro espaços nem mesmo há atividade primária de produção de leite, demonstrando que a escolha do território não segue indicadores técnicos capazes de selecionar espaços estratégicos.

Por outro lado, os municípios de Alto Paraguai, Araputanga, Guarantã do Norte, Nova Marilândia e Santo Afonso são especialistas tanto no beneficiamento quanto na oferta primária de leite. As ações de ambos os arranjos deveriam ser articuladas para garantir esforços coletivos, com enfoque sistêmico e não setorizado como se observa em Mato Grosso.

Ademais, outros 40 municípios que não estão sendo apoiados por políticas públicas do arranjo da bacia leiteira ou de laticínios apresentam indicadores relevantes para participar do arranjo do leite. Incluindo os municípios apoiados, existem pelo menos 43 outros com elevado indicador na produção de leite, porém apenas dois estão sendo apoiados.

Há, pelo menos, 27 municípios que se destacam com elevado ICN na produção de laticínios, mas apenas oito destes situam-se no território dos arranjos. Casos interessantes que estão ausentes são aqueles que possuem elevado indicador tanto na produção primária quanto na transformação e industrialização do leite, demonstrando certa integração entre a produção primária a secundária. Este é o caso dos municípios de Alto Boa Vista, Campinápolis, Cana Brava do Norte, Curvelândia, Figueirópolis D'Oeste, Jauru, Novo Mundo, Pontes e Lacerda, Reserva do Cabaçal, São José do Povo, São José dos Quatro Marcos e Vale de São Domingos.

Destacam-se os municípios de Reserva do Cabaçal com elevado indicador na produção primária (9,96) e de laticínios (24,31),¹⁵ além de Figueirópolis D’Oeste¹⁶ com indicadores de 5,68 (produção primária) e 21,16 (laticínios), e o município de Vale de São Domingos,¹⁷ com indicador de 5,97 na produção primária e 9,58 na produção industrial de leite. Todos esses municípios encontram-se no Sudoeste de Mato Grosso, a região mais deprimida. Perde-se, aqui, uma oportunidade institucional de estruturar o arranjo por negligenciar espaços relevantes, que deveriam ser alvo das políticas de desenvolvimento, como Reserva do Cabaçal.

Considerações Finais

Diante do estado de pobreza em que se encontram os agricultores familiares mato-grossenses, localizados especialmente em municípios de pouco dinamismo econômico, principalmente na Região Sudoeste, bem como diante das possibilidades de crescimento de uma nova atividade econômica, diversificando a economia estadual, é interessante ao governo estadual elaborar políticas públicas de apoio ao setor, tal como o programa “Balde Cheio” já em curso, que visa a ampliar a produtividade. Uma política pública desta natureza permite melhorar as condições sociais dos agricultores familiares com o aumento da renda decorrida da produção e da sua maior regularidade, com a geração de postos de trabalho no espaço rural.

¹⁵ Em Reserva do Cabaçal a produção de leite representa importantes 22,6% do PIB municipal, que foi de apenas R\$15,3 milhões em 2006 (ocupando a posição 138º entre os 141 municípios mato-grossenses), apesar de a produção local participar com apenas 1,3% da produção mato-grossense de leite. Há, neste município, 269 estabelecimentos rurais, dos quais 81% são classificados como familiares, segundo o Censo Agropecuário 2006.

¹⁶ No município de Figueirópolis d’Oeste a produção de leite representava em 2006 12,9% do PIB municipal, de R\$ 30.064,00 (ocupando a posição 116º entre os 141 municípios do Estado), e detinha uma participação relativa de 1,44% na produção estadual do leite. Dos 534 estabelecimentos rurais 85% (ou 450) foram classificados como familiares, segundo o Censo Agropecuário 2006.

¹⁷ No município de Vale do São Domingos a produção de leite representava 13,6% do PIB municipal em 2006 (produto municipal de R\$19.551,29), ocupando a posição 134º entre os 141 municípios de Mato Grosso. Mantinha uma participação relativa de 0,99% na produção estadual do leite. Computava 464 estabelecimentos rurais dos quais 85% ou 393 foram classificados como familiares, segundo o Censo Agropecuário 2006.

Também podem ser colocadas em prática dentre as ações voltadas ao melhoramento da qualidade do leite, paralelo a uma campanha de capacitação técnica para que venham a garantir a qualidade do leite e seus derivados. Deve-se também intensificar as exigências da vigilância sanitária estadual, buscando regularizar a situação dos 54 laticínios ou usinas de beneficiamento sem selo de inspeção estadual ou federal. Além de melhorias de qualidade, o combate à informalidade ampliaria as oportunidades de crédito, mais trabalhadores seriam amparados pela legislação trabalhista e abriria mais mercados regularizados. Pode-se, também, adotar iniciativas políticas, tais como crédito subsidiado, bem como incentivar os produtores de leite a se unirem em associações e cooperativas, auxiliando na compra de tanques comuns de resfriamento e buscando demonstrar as vantagens do associativismo e cooperativismo.

Aprofundar as ações e estender o programa “Balde Cheio” a todos os municípios especializados na produção de leite seria fundamental, uma vez que o melhoramento genético dos rebanhos leva a consideráveis ganhos de produção, o que reduz o custo unitário, com impactos na competitividade do leite e derivados produzidos em Mato Grosso, colaborando ainda para o aumento da renda do produtor.

Tendo em vista a inexistência de assistência técnica, faz-se necessário ampliar o número de técnicos agropecuários da Empaer e a frequência de visitas técnicas. Elaborar um programa regular de atendimento aos produtores é condição indispensável ao sucesso do desenvolvimento do arranjo, uma vez que este depende totalmente da produção e o seu crescimento está atrelado diretamente ao aumento da produtividade e esta, por sua vez, à assistência técnica. Esta é uma das características muito visíveis em Estados com grande concentração de agricultura familiar e grande produtor de leite, como o Paraná, fornecidos pela Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/PR) e as pesquisas do Instituto Agronômico do

Estado do Paraná (Iapar). A assistência técnica deveria focar, em especial, áreas de tecnologia de produção, do manejo e sistema alimentar do rebanho, bem como do manejo do leite após a ordenha.

Todas estas ações devem, antes de tudo, dispor de pesquisas próprias para as características específicas da economia mato-grossense. Para o desenvolvimento de tais tecnologias faz-se necessário apoio financeiro do governo, uma vez que agricultores familiares não possuem recursos para acessar tecnologias modernas advindas de empresas privadas de pesquisa.

Avaliando o contexto institucional e político no Estado de Mato Grosso, bem como as políticas públicas para desenvolvimento local, percebe-se que ainda não são favoráveis ao desenvolvimento de APLs, no entanto o futuro do arranjo produtivo do leite em Mato Grosso necessita de ações no sentido de elevar a produtividade e a qualidade, reduzir sazonalidades e menores custos de produção, o que não se alcançará sem políticas públicas adequadas.

O Plano Plurianual (PPA) 2008-2011 elaborado pela Secretaria de Planejamento (Seplan/MT) do governo do Estado de Mato Grosso tem entre seus objetivos a “ampliação do emprego e da renda da população, aumento do PIB per capita e elevação da população ocupada com carteira assinada, levando à ampliação da formalização da economia mato-grossense”, e dentro deste objetivo uma de suas metas é o desenvolvimento regional com apoio às cadeias produtivas agropecuárias do Estado e incentivo à industrialização, além da promoção do desenvolvimento dos APLs por meio de eventos de mobilização e capacitação.

Apesar de ser um objetivo claro do PPA, de legislação específica de apoio financeiro previsto no Fundecic da Sieme e de ter diversos projetos socioprodutivos, como o arranjo do leite como substrato para a instituição de tais políticas, as instituições que estão gerindo o apoio não estão capacitadas a selecionar, refletir e propor políticas públicas condizentes com as necessidades dos arranjos. Estes questionamentos estão diretamente relacionados

à distribuição espacial dos referidos APLs, realizada pelo Sebrae, registrada no GTP-APL/MDIC e considerada pelas instituições gestoras. O problema está relacionado ao fato de que as instituições canalizam esforços no sentido de apoiar espaços inexpressivos e negligenciam áreas dinâmicas da atividade leiteira em Mato Grosso. A metodologia de mapeamento empregada identificou que um número significativo de municípios especializados na produção e beneficiamento de leite não recebe apoio institucional da MT Regional e Fiemt, assim como das instituições parceiras, sendo que estes espaços deveriam estar entre os prioritários por, naturalmente, possuírem maior capacidade de engendramento e adensamento, com fortalecimento do tecido social.

Por fim, a dependência de recursos públicos (exógenos ao sistema) para ações coletivas, a baixa conectividade entre os atores e um tecido social de reduzido dinamismo inovativo bloqueiam uma trajetória mais duradoura e profícua na construção de competências coletivas. Os fundamentos básicos de ação parecem ainda não terem sido devidamente construídos e articulados, pois a categoria “arranjo produtivo” surge mais como um rótulo de abordagem política do que um processo real de enfrentamento das dificuldades e desafios e da mobilização da força produtiva e cognitiva regionais.

Referências

- ALVES, J. *Análise da eficiência dos assentamentos rurais em Mato Grosso*. 2008. 149p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Economia, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2008.
- CROCCO, M. A. et al. *Metodologia de identificação de arranjos produtivos locais potenciais*. Belo Horizonte: UFMG; Cedeplar, 2003. (Texto para discussão, n. 212).
- FARIA, Alexandre Magno de Melo et al. *Relatório II: análise do mapeamento e das políticas para arranjos produtivos locais no Norte e Nordeste do Brasil e dos impactos dos grandes projetos federais em Estados nordestinos selecionados*. 2009. 87f. Relatório (Projeto de Pesquisa) – Universidade Federal de Mato Grosso, 2009.

FERNÁNDEZ, A. J. C.; FERREIRA, E. C. Os impactos socioeconômicos dos assentamentos rurais em Mato Grosso. In: MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. *Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004. 307 p. (Cap. 6).

FIEMT. Federação das Indústrias no Estado de Mato Grosso. *Censo Econômico e Demográfico do Setor de Laticínios no Estado de Mato Grosso*. Cuiabá: Fiemt, 2006.

LASTRES M. M. Helena; CASSIOLATO, J. E. *Novas políticas na era do conhecimento: o foco em arranjos produtivos e inovativos locais*. Rio de Janeiro: RedeSist, 2003.

SANTANA, A. C. *Arranjos produtivos locais na Amazônia: metodologia para identificação e mapeamento*. Belém: ADA, 2004. (Texto para discussão, n. 1).

ZOCCAL, R.; GOMES, A. T. Zoneamento da produção de leite. In: ZOCCAL, R.; et al. (Org.). *A inserção do Brasil no mercado internacional de lácteos*. Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, 2005. p. 163-180. V. 1.

Recebido em: 17/6/2011

Accito em: 20/7/2011